



Construções
Castanheira & Joaquim, Lda.

“E.M.531-1 (C.M. 1038 / Marco /Ilha / Guia (E.N. 109)) - conclusão”

**ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO
CADERNO DE ENCARGOS**

*(a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos na
redacção do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho)*

- 1- António Manuel Gomes Joaquim** BI número **9447522**, residente em Maladão, 3300-112 Arganil, na qualidade de representante legal de **Construções Castanheira & Joaquim, Lda.**, número de identificação fiscal **503 938 645** com sede em Maladão, 3300-112 Arganil, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento da empreitada **“E.M.531-1 (C.M. 1038 / Marco /Ilha / Guia (E.N. 109)) - conclusão”** a que se refere o convite datado de 2 de Janeiro de 2014, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:**
- a. Declaração de valores associados às habilitações;
 - b. Lista de preços unitários;
 - c. Memória justificativa e descritiva do modo de execução da obra;
 - d. Plano de trabalhos:
 - i. Plano de actividades;
 - ii. Plano de mão-de-obra;
 - iii. Plano de equipamentos;
 - iv. Plano de pagamentos;
 - e. Documentos com esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo;
 - f. Nota justificativa do preço proposto;



Construções
Castanheira & Joaquim, Lda.

- g. Declaração dos termos de suprimientos de erros e omissões;
 - h. Lista de erros e omissões;
- 3- Declara ainda que renuncia a forro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4- Mais declara, sob compromisso de honra que:
- a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
 - b. A sua gerência não foi condenada por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
 - c. A sua gerência não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
 - d. Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
 - e. Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
 - f. Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
 - g. Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627º do Código do Trabalho;
 - h. Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação em Portugal;
 - i. A sua gerência não foi condenada em sentença transitada por alguns dos seguintes crimes:



Construções

Castanheira & Joaquim, Lda.

- i. Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no nº1 do artigo 2º da Acção Comum nº 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na acepção do artigo 3º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do nº1º do artigo 3º da Acção Comum nº 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii. Fraude, na acepção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1º da Directiva nº 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção de utilização do sistema de financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - j. Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
- 5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ele recaia e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Concursos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal;
- 6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente o obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Concursos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações das alíneas b), d), e) e i) do nº4 desta declaração.



Construções

Castanheira & Joaquim, Lda.

- 7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do numero anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal;

Maladão, 17 de Janeiro de 2014